

BC divulgará resultados da Pesquisa Firmus do 1º trimestre de 2026 na segunda-feira (30/3)

O Banco Central (BC) divulgará, às 10 horas da próxima segunda-feira (30/3), os resultados da Pesquisa Firmus, referente ao primeiro trimestre de 2026.

A publicação estará disponível no site do Banco Central na internet, [na página da Pesquisa Firmus](#). A pesquisa coleta, junto a empresas do setor não financeiro, expectativas para variáveis econômicas relevantes, fornecendo importante subsídio para a política monetária.

Divulgação: Pesquisa Firmus – Expectativas de Empresas

Referência: 1º trimestre de 2026

Data e horário: 30 de março de 2026, às 10h

BC divulga Estatísticas do Setor Externo à imprensa

[Clique](#) para acessar as Estatísticas do Setor Externo com os dados atualizados até fevereiro de 2026.

Banco Central decreta liquidação extrajudicial de instituições integrantes do Conglomerado Entrepay

O Banco Central decretou hoje, 27 de março de 2026, a liquidação extrajudicial da Entrepay Instituição de Pagamento S.A. e, por extensão, da Acqio Adquirência Instituição de Pagamento S.A. e da Octa Sociedade de Crédito Direto S.A., instituições integrantes do Conglomerado Entrepay.

Trata-se de conglomerado prudencial de porte pequeno e enquadrado no segmento S4 da regulação prudencial, tendo como instituição líder a Entrepay Instituição de Pagamento S.A.

Em dezembro de 2025, o conglomerado detinha aproximadamente 0,009% do ativo total do Sistema Financeiro Nacional (SFN). Em se tratando de instituições de pagamento e de sociedade de crédito direto, as entidades liquidadas não possuem captações por intermédio de instrumentos cobertos pelo Fundo Garantidor de Créditos (FGC).

A liquidação extrajudicial foi motivada pelo comprometimento da situação econômico-financeira da instituição líder do Conglomerado, bem como por infringência às normas que disciplinam sua atividade e por prejuízos que sujeitam a risco anormal seus credores.

O Banco Central continuará tomando todas as medidas cabíveis para apurar as responsabilidades nos termos de suas competências legais. O resultado das apurações poderá levar à aplicação de medidas sancionadoras de caráter administrativo e a comunicações às autoridades competentes, observadas as disposições legais aplicáveis. Nos termos da lei, ficam indisponíveis os bens dos controladores e dos ex-administradores das instituições objeto da liquidação decretada.

Fonte: [BC](#), em 27.03.2026.